

SINPROF-RO BUSCA APOIO JUNTO AOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA/RO PARA GARANTIA DO PAGAMENTO DO REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS PROFESSORES.

O SINPROF-RO solicitou uma reunião com a Comissão de Educação da Câmara de Vereadores, composta pelos Vereadores Nica Cabo João (Presidente), Professora Vivian Repsold (Secretária) e Jonathan Pagani (membro), para tratar da implantação do reajuste de 14,95% do piso do Magistério, determinado por lei federal, desde 01 de janeiro de 2023. A reunião ocorreu na manhã de hoje e além da participação dos vereadores que compõe a Comissão de Educação, os demais vereadores da casa e também vários Professores estiveram presentes. Foi intensamente debatida a gerência dos recursos do FUNDEB, inclusive com a presença do representante do Conselho Municipal do FUNDEB que apresentou planilhas com os repasses, do fundo do governo federal, realizados nos meses de janeiro a março deste ano. O SINPROF-RO explicou que o motivo da reunião era pedir apoio a Comissão de Educação e dos demais vereadores para que o executivo apresente as planilhas de gastos dos recursos destinados à educação, pois, o prazo solicitado pelo prefeito para fechar o quadrimestre se encerrou e os professores aguardam resposta sobre a implantação do percentual de 14,95% do reajuste do piso do Magistério. “O que precisamos saber é, fechada às contas do quadrimestre e o prefeito já inteirado da administração municipal, há recursos para aplicar o reajuste? Se não há recursos suficiente, qual será a solução que o Prefeito irá apresentar para cumprir a lei do piso? Pedir suplementação do FUNDEB? Aplicar a jurisprudência do TCE que autoriza extrapolar o limite de 54% com gasto em folha de pagamento sem infringir a lei de responsabilidade fiscal, haja vista que está cumprindo lei federal? Pontuou a Professora Janete Maria Warta, representante do SINPROF-RO. Enfim, os professores esperam respostas e os vereadores se propuseram, junto aos professores a buscar alternativas para a garantia do pagamento do piso e o cumprimento da lei. Por fim, foi encaminhado na reunião que o SINPROF-RO irá apresentar um ofício com pedido de dados detalhados, planilha, balancetes, extratos, enfim, que comprovem a gestão dos recursos obrigatórios da educação que são os repasses do FUNDEB e os 25% constitucionais dos recursos próprios do município. Com isso a Casa de Leis irá requerer ao executivo tais dados para que possa ser discutidas as possibilidades em cima dos dados oficiais.